

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras recorre à Lei do Petróleo no caso TAG.....	2
Título: Braskem perde na B3 R\$ 5,6 bi e pode voltar ao radar da Lyondell.....	3
Título: Comissão aprova PEC do Orçamento impositivo com concessão para Estados.....	6
Título: Futuro da Odebrecht ditará plano b da Petrobras	7
Título: AES Tietê mantém compra de parque eólico da Renova.....	8
Título: ANP quer mercado mais competitivo, afirma Oddone.....	10
Título: Preço do minério em alta estimula projeto e produção em MG	11
Título: Destaque	14
Título: Governo perde votação sobre indenização a vítimas de desastre em Brumadinho ...	14
Título: Governo envia ao Congresso plano de socorro estadual	16
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Dia D.....	18
Título: Frustração com Braskem pode ter ‘efeito cascata’ em outros negócios.....	18
Título: A realidade ambiental brasileira	20
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	22
Título: Ameaça de execução de dívida deixa Odebrecht perto de recuperação judicial.....	22
Título: Bolsonaro contraria ala militar e recebe credenciais de embaixadora de Guaidó.....	24
Título: O assunto é Dia Mundial do Meio Ambiente.....	26
VEÍCULO: O Globo.....	28
Título: Com crise, Petrobras corre risco de perder venda de R\$ 20 bilhões.....	28
Título: Conselho dá aval à venda direta de etanol de usinas para postos, mas ação requer lei	28
Título: Odebrecht caminha para recuperação judicial.....	29

Título: STF julga foco de insegurança jurídica.....	32
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	33
Título: Estados terão 30% do pré-sal	33

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Vanessa Adachi | De São Paulo

Título: Petrobras recorre à Lei do Petróleo no caso TAG

A Petrobras se apoia em dois argumentos centrais para considerar que a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) e de outras subsidiárias que fazem parte de seu plano de desinvestimento ocorrem de forma legal. O julgamento do tema será retomado hoje pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com o voto dos ministros.

O primeiro dos argumentos é que a nova Lei do Petróleo, de 1997, autorizou a estatal, de forma genérica, a criar subsidiárias para atuar em diversas áreas. Por analogia (ou paralelismo das formas, segundo o jargão jurídico), a mesma lógica deve prevalecer no caso da venda das mesmas subsidiárias. A Petrobras tem hoje mais de 120 subsidiárias e apenas uma delas, a Transpetro, foi criada por lei específica. "Nenhuma outra foi criada por lei, incluindo aquelas que fazem parte do plano de desinvestimento da empresa, como TAG, Liquigás, BR Distribuidora e Ansa, de fertilizantes", diz uma pessoa ligada à estatal. "Pelo paralelismo das formas, se não precisou de lei específica para criar as empresas, também não deveria precisar para vendê-las", diz essa pessoa.

A diretoria da Petrobras e seus assessores jurídicos encontraram base para esse argumento dentro de outro julgamento no próprio STF, ocorrido 15 anos atrás, em 2004. Na ocasião, o Supremo julgava ação direta de inconstitucionalidade (ADI 1649) em que o Partido dos Trabalhadores e outros três partidos argumentavam que a Lei do Petróleo feria a Constituição ao autorizar a Petrobras a criar subsidiárias. Na visão dos partidos, segundo o inciso XX do artigo 37 da Constituição, a criação de cada subsidiária dependeria de lei

específica do Congresso autorizando-a. Em 2004, o plenário do STF declarou improcedente a ADI, por unanimidade. Os ministros entenderam que a própria Lei do Petróleo já cumpriria o requisito constitucional de autorização legislativa para a criação de subsidiárias no caso específico da Petrobras.

O segundo argumento procura fazer frente ao questionamento sobre a necessidade de se fazer um processo licitatório para a venda. A estatal, assim como argumentou a Advocacia Geral da União (AGU) na sessão do STF na semana passada, entende a venda das subsidiárias como desinvestimentos, dentro de uma lógica empresarial, e não como desestatizações. Na visão da direção da estatal, a sistemática de venda das subsidiárias adotada, que atende a recomendações aprovadas pelo plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), em 2017, é mais robusta do que um processo licitatório. "Fazemos um processo competitivo muito mais rigoroso", diz a pessoa ligada à Petrobras. Os interessados têm acesso a mais informações do que em um processo licitatório, diz, o que permite a formulação de propostas melhores. Além disso, uma vez que o contrato com o ganhador é desenhado, é reaberta a possibilidade de os demais interessados fazerem novas propostas dentro das mesmas condições. Isso aconteceu no caso da TAG, em que a Engie já havia ganho a primeira etapa e voltou a apresentar o melhor preço na segunda etapa.

A venda da TAG para o consórcio formado entre Engie e o fundo canadense CDPQ, por US\$ 8,6 bilhões, foi suspensa por liminar do ministro do STF, Edson Fachin, em 27 de maio, sob a alegação de falta de licitação. Além dessa liminar, o STF julga outra, de junho do ano passado, do ministro Ricardo Lewandowski, segundo a qual a venda de ações de empresas públicas e de sociedades de economia mista está sujeita à prévia anuência legislativa. A liminar de Lewandowski prevê ainda que deve haver lei específica para cada estatal, em casos de venda de mais de 50% de suas ações à iniciativa privada, seja ela municipal, estadual ou federal.

"A decisão do STF está afastando investidores dos processos de venda de ativos da Petrobras, como Liquigás, e pode impactar a venda de ações da BR Distribuidora", opina um executivo de banco de investimentos que assessoria a estatal em alguns negócios. A liminar de Lewandowski ameaça não só sobre os planos da Petrobras, mas também a venda de empresas do governo federal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Graziella Valenti | De São Paulo

Título: Braskem perde na B3 R\$ 5,6 bi e pode voltar ao radar da Lyondell

A desistência da LyondellBasell de seguir adiante, neste momento, com uma potencial compra da Braskem provocou uma perda de valor de mercado da petroquímica brasileira de R\$ 5,6 bilhões. As ações voltaram aos níveis de preço vistos há quase dois anos, antes dos rumores de aproximação entre a Odebrecht e os holandeses. Com a queda de 17,1% dos papéis, para R\$ 34,15 cada, a Braskem vale hoje R\$ 27,2 bilhões na B3, bem menos que os cerca de R\$ 48 bilhões alcançados no auge das expectativas com a transação.

Apesar de ter deixado a mesa de negociações, a Lyondell segue interessada nos ativos da Braskem, apurou o **Valor**. A partir de agora, a holandesa vai acompanhar à distância os desdobramentos da crise da Odebrecht e aguardar as soluções para problemas internos da petroquímica brasileira. No futuro, poderia inclusive buscar uma reaproximação, segundo fontes que acompanharam as tratativas.

Neste momento, a LyondellBasell optou por usar sua posição de liquidez para acelerar ou ampliar um programa de recompra de ações, que pode chegar a 37 milhões de papéis. Em um ano, suas ações saíram de quase US\$ 120 cada para US\$ 74 na última sexta-feira, refletindo o ciclo de baixa da indústria petroquímica global e incertezas quanto ao potencial negócio com a Odebrecht no Brasil. O momento, portanto, é oportuno para operações dessa natureza.

De acordo com uma fonte, a Lyondell preferiu aguardar uma definição sobre o futuro da Odebrecht, cuja crise financeira pode afetar a Braskem, já que ações da petroquímica foram dadas em garantia em empréstimos do grupo. Na semana passada, a Atvos, empresa da Odebrecht na área de açúcar e etanol, pediu recuperação judicial, ampliando os receios de que a holding possa seguir pelo mesmo caminho.

No cenário atual, a venda da petroquímica dentro de uma recuperação judicial poderia conferir maior segurança ao comprador. Mas o processo seria mais demorado, já que haveria necessidade de aprovação de um plano em assembleia de credores e a venda do ativo, como unidade produtiva isolada (UPI), ocorreria em leilão, acompanhada pelo juiz da recuperação judicial.

Os compromissos assumidos pela Odebrecht com os bancos credores, segundo essas fontes, também não estavam claros para a Lyondell, alimentando dúvidas sobre o destino da Braskem caso a holding avance de fato para o pedido de proteção. Há receio de que as ações da petroquímica terminem nas mãos dos bancos.

A companhia holandesa também indicou falta de visibilidade quanto aos impactos que a ação movida pelo Ministério Público Estadual (MPE) e pela Defensoria Pública de Alagoas contra a petroquímica possa ter sobre contas e

operações industriais - o processo ainda pode levar meses e o futuro controlador tem responsabilidade solidária.

Antes de o processo judicial tomar a proporção atual - um pagamento de dividendos de R\$ 2,7 bilhões da Braskem acabou suspenso por causa da ação, que pede o bloqueio de R\$ 6,7 bilhões em bens da empresa -, havia expectativa de que a transação pudesse ser anunciada neste mês. Do ponto de vista operacional, a aquisição seria estratégica para a Lyondell ao acrescentar petroquímicos básicos a seu portfólio, centrais petroquímicas aos ativos fixos e garantir presença expressiva no mercado brasileiro.

A Braskem manterá o foco em solucionar as pendências que prejudicaram as negociações. Embora a Odebrecht tenha sido abordada por outros interessados na petroquímica, não há intenção de iniciar novas conversas neste momento - inclusive porque as questões que levaram ao encerramento das conversas com a Lyondell ainda não estão equacionadas.

A entrega do relatório 20-F referente ao exercício de 2017 nos Estados Unidos, uma das condições que deveriam ser alcançadas para que o negócio avançasse, poderá acontecer ainda em junho. Ao menos essa é a expectativa. O processo judicial relativo ao afundamento do solo em três bairros de Maceió (AL), por sua vez, pode consumir mais alguns meses de negociação e construção de um acordo. Mas a percepção é a de que há solução.

No cenário atual, a venda da petroquímica dentro da recuperação judicial poderia conferir maior segurança ao comprador

A Braskem já solicitou acesso à íntegra do relatório do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), que associou o surgimento de rachaduras em imóveis e vias da região à exploração de sal-gema pela petroquímica, e quer confrontar os dados com aqueles apurados por outros especialistas. A partir do encontro dessas informações, seria possível estabelecer a real responsabilidade da petroquímica e calcular eventuais indenizações.

As negociações de mais de um ano entre Odebrecht e LyondellBasell renderam ao menos um "ativo" à Braskem. A Petrobras, principal fornecedora de matérias-primas e segunda maior acionista da petroquímica, já havia firmado acordos para suprimento de nafta caso a venda fosse consumada, apurou o **Valor**. O contrato atualmente em vigor vence em dezembro de 2020 e a direção da Braskem indicou que iniciaria as conversas com a estatal em torno de um novo acordo de longo prazo neste ano.

A expectativa inicial da Odebrecht era acertar a venda da Braskem até setembro, antes das eleições. Contudo, não houve consenso sobre preço e

condições comerciais. Diante da incerteza no cenário político e de como seria o governo Bolsonaro, os holandeses reduziram o ritmo das conversas. A indefinição quanto à presidência da Petrobras, segunda maior acionista da petroquímica, também pesou.

No começo do ano, após a escolha do novo comando da Petrobras e de uma rodada de conversas com representantes do novo governo, a Lyondell voltou à mesa de negociações disposta a fechar negócio. Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, os principais termos da operação já estavam estabelecidos quando a ação pública movida contra a companhia em Alagoas lançou nova sombra sobre as conversas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/06/2019

Seção: Especial

Autor: Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília

Título: Comissão aprova PEC do Orçamento impositivo com concessão para Estados

A comissão especial que analisa a proposta de emenda à Constituição (PEC) do Orçamento impositivo das emendas de bancada aprovou ontem, numa votação relâmpago e simbólica, o parecer do deputado Carlos Gaguim (DEM-TO) a favor do projeto. O texto foi modificado, numa negociação com a equipe econômica, para determinar que o governo federal poderá ressarcir a Petrobras em R\$ 33 bilhões sem estourar o teto de gastos, como parte da renegociação do contrato de cessão onerosa para exploração do pré-sal na Bacia de Santos, e que o excedente do bônus de assinatura será dividido em 15% para os Estados e 15% para os municípios.

Segundo o deputado Gaguim, a equipe econômica queria um percentual menor, de 15% no total para Estados e municípios, mas foram "convencidos" de que era necessário repassar mais dinheiro, por isso foi ampliado para 30% - a estimativa, portanto, é que recebam cerca de R\$ 21 bilhões e o governo, R\$ 49 bilhões.

A PEC determina que um projeto de lei posterior, de iniciativa do presidente da República, definirá os "critérios e condições" para divisão do dinheiro entre os governadores e prefeitos. O governo, portanto, ainda terá força para travar a divisão ou negociar outras compensações com os governadores, como apoio a outros projetos, a reforma da Previdência entre eles. A distribuição dos recursos da exploração dos campos de pré-sal também não será automática e dependerá

de uma lei posterior a ser votada pelo Congresso. Já há projetos em discussão nesse sentido.

Além disso, o projeto determina que as emendas de bancadas, feitas em conjunto pelos deputados de cada Estado, serão obrigatoriamente pagas, no volume de 0,8% da receita corrente líquida no primeiro ano e 1% no segundo ano. O governo federal também será obrigado a executar as despesas "finalíssimas", como investimentos, exceto em casos de insuficiência financeira.

A aprovação da PEC na comissão foi relâmpago e pode ser votada em plenário já hoje - o que garante, caso não ocorram mudanças, a promulgação das regras sobre o Orçamento impositivo, já aprovadas pelo Senado, enquanto a divisão do pré-sal ainda será avaliada pelos senadores. Gaguim apresentou seu parecer ontem, o texto recebeu apoio dos poucos parlamentares, não houve sequer pedido de vista e o texto foi aprovado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/06/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Futuro da Odebrecht ditará plano b da Petrobras

Qualquer "plano b" da Petrobras para a venda de sua participação na Braskem, depois que a holandesa LyondellBasell encerrou as tratativas para comprar a petroquímica, passa, neste momento, pela definição do futuro das ações da Odebrecht na Braskem.

Segundo uma fonte da administração da estatal, vender a Braskem para um outro comprador interessado ou fazer oferta de suas ações na Bolsa são outras alternativas possíveis para a petroleira. "Mas é importante entender onde as ações da Odebrecht vão parar", afirmou a fonte, sob a condição de anonimato.

Isso porque os papéis detidos pela Odebrecht na petroquímica foram usados como garantia para credores da Atvos, braço sucroalcooleiro da Odebrecht que entrou em recuperação judicial. Com isso, as ações da Braskem podem parar nas mãos de credores, dificultando uma venda conjunta dos papéis da Petrobras e da empreiteira para um potencial comprador - como o mercado esperava que viesse a acontecer na negociação com a LyondellBasell, por exemplo.

A Odebrecht possui 50,1% das ações ordinárias 38% do capital total da Braskem, enquanto a Petrobras detém 47% dos papéis com direito a voto e 36% do total. A petroleira estatal aguardava os avanços das negociações entre a Odebrecht e

a holandesa para avaliar se acompanharia ou não o movimento de sua sócia de vender o ativo.

Em fevereiro, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse ao **Valor** que, pelo acordo de acionistas da Braskem, a petroleira estava no "banco traseiro" das negociações. Naquela ocasião, contudo, o executivo sinalizou que a venda da fatia da Petrobras na petroquímica para o grupo holandês dependeria dos valores envolvidos e que a LyondellBasell não era, necessariamente, a única opção à mesa.

"Se recebermos uma boa proposta, por que não [vender para a LyondellBasell]? Se fizerem uma proposta que não atenda nossos interesses, lamentamos e esperamos uma outra ocasião", disse ao **Valor**, em fevereiro.

A discussão sobre o futuro da estatal na petroquímica já passou por idas e vindas. Em 2017, na gestão Pedro Parente, a Petrobras manifestou a intenção de sair integralmente do setor, mas depois a empresa recuou da estratégia, ao incorporar a área como atividade integrada ao refino dentro de seu novo plano de negócios - lançado ao fim da gestão Ivan Monteiro.

A petroquímica é um negócio promissor. Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), os petroquímicos estão se tornando os maiores propulsores da demanda global de petróleo. Diante do impacto da eletrificação dos carros sobre o consumo de combustíveis, a previsão é que, até 2030, um terço do crescimento da demanda de petróleo venha da petroquímica.

Ao assumir a petroleira, Castello Branco sacramentou a decisão de vender a Braskem. Ao **Valor**, ele disse em fevereiro que a decisão estratégica de sair integralmente da petroquímica já estava tomada.

"Não interessa manter uma participação pequena. É zero ou cem. Se decidirmos vender, não interessa manter uma participação pequena", afirmou, na ocasião, quando também descartou a possibilidade de aceitar parte do pagamento pela Braskem em ações do grupo holandês em troca.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: AES Tietê mantém compra de parque eólico da Renova

A AES Tietê seguirá negociando com a Renova Energia a aquisição da fase A do complexo eólico Alto Sertão III, depois que a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) revogou a autorização para a construção da fase B do

empreendimento. Segundo fontes, a reestruturação da companhia de geração renovável é que pode ter o seu desenho ajustado para a nova realidade da empresa.

A fase A, que terá 438 megawatts (MW) de potência, está com 87% das obras concluídas.

A diretoria da Aneel negou ontem, em sua reunião ordinária, a transferência da autorização da fase B do empreendimento, que teria 305 MW. Os diretores acompanharam o voto do diretor Efraim Pereira da Cruz, relator do processo, que considerou que o plano de transferência não demonstrou ter a capacidade de resolver os problemas que motivaram a abertura do processo sancionatório, nem apontou estruturação firme para solução futura.

As units da Renova reagiram mal à notícia e fecharam o dia com queda de 30,42%, a R\$ 21,50.

Em março, o conselho de administração da Renova aceitou a oferta da AES Tietê, que incluía a compra da fase A por R\$ 350 milhões, e a fase B por R\$ 90 milhões, mais a opção de compra de até 1,1 GW em projetos desenvolvidos por até R\$ 76 milhões. Há ainda a assunção de mais de R\$ 1 bilhão em dívidas do projeto.

Em fato relevante divulgado ontem, a AES Tietê disse que, com a decisão, vai reavaliar o interesse na aquisição da fase B, mas assegurou que a compra da carteira de ativos e a fase A "seguem seu curso normal dentro do cronograma para a conclusão da operação."

A transação é fundamental para a reestruturação financeira da Renova, desenhada para permitir o reperfilamento de dívidas e a saída do sócio RR Comercialização de Energia e Participações.

Pelo plano aprovado em março e anunciado junto com o aceite da oferta da AES Tietê, Cemig e Light comprariam 7,3 milhões de ações da Renova por R\$ 14,62 por papel, somando R\$ 106,9 milhões por cerca de 17% da companhia. O pagamento será feito por meio de debêntures emitidas pela própria Renova e subscritas por Cemig e Light, no âmbito do reperfilamento das dívidas com as duas sócias. Assim, não haverá desembolsos das controladoras.

Antes desse acordo, uma outra oferta da AES Tietê chegou a ser rejeitada pelo conselho da Renova.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/06/2019****Seção: Brasil****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: ANP quer mercado mais competitivo, afirma Oddone**

O diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Décio Oddone, disse que o principal objetivo da agenda regulatória de 2019 para o setor de combustíveis será deixar de intervir na relação entre os agentes. Ele destacou que o atual marco regulatório do mercado é restritivo à livre comercialização e que os esforços da agência estão concentrados na construção de um ambiente mais "aberto, competitivo e dinâmico".

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou ontem uma resolução com medidas para "fomentar a livre concorrência" no setor e determinou que ANP conclua em até seis meses as tomadas públicas de contribuições com a sociedade sobre as mudanças na regulação do mercado de derivados. Os estudos regulatórios em curso envolvem, entre outros pontos, a revisão das regras de verticalização, a permissão para que as usinas de etanol vendam diretamente para os postos, além de mudanças na fidelização de postos com as distribuidoras.

Algumas das propostas mexem com os ânimos das distribuidoras. As três líderes do mercado (BR, Ipiranga e Raízen) estão todas listadas na bolsa e reclamam que os debates levantados pela ANP criam um clima de insegurança para investidores. Oddone, no entanto, saiu em defesa da pauta regulatória da agência e alega que as medidas contribuirão para preços mais justos no mercado.

"Se isso [agenda regulatória] vai ter impacto [sobre os preços], só o futuro e o mercado vão dizer. O preço não tem que ser alto nem baixo, tem que ser justo. E ele é justo quando é estabelecido num mercado com competição, sem limitação. O que identificamos é que nosso mercado é cheio de regras que limitam a competição e o que desejamos é que haja menos restrições e mais competição", disse ao **Valor**.

Segundo Oddone, as duas pautas mais avançadas hoje são os estudos sobre a venda direta de etanol entre usinas e postos, sem intermédio do distribuidor, e o fim da tutela regulatória da fidelidade à bandeira - que daria ampla liberdade

aos postos para comprarem combustível de quem quiserem, independentemente da bandeira que ostentem. Hoje, um posto "bandeirado" só pode adquirir e vender combustível fornecido pelo distribuidor com o qual possui acordo para exibição da marca. Já o revendedor que não tenha optado por exibir a marca comercial de um distribuidor específico (o "bandeira branca") não pode exibir a marca comercial de nenhum distribuidor em suas instalações.

"A contratação entre postos e distribuidoras é livre, são contratos livres entre privados, e não passa pelo radar da ANP intervir nos contratos entre os privados. O que queremos é deixar de intervir. A relação entre franqueador e franqueado é privada, o Estado não deve se imiscuir da fiscalização entre contratos entre privados", defendeu.

Sobre a venda direta de etanol, Oddone disse que o assunto já foi bastante debatido. O CNPE decidiu que é necessária uma nova legislação para permitir a venda direta por usineiros e que caberá ao Ministério da Economia avaliar a implementação da monofasia tributária, que permitiria a cobrança de impostos sobre o produtor. Hoje, a cobrança se dá na distribuição, o que impossibilita a venda direta. Uma das principais defesas das grandes distribuidoras é que a liberação estimularia a sonegação e fraude fiscal.

"[A regulação atual] impede que uma refinaria venda diretamente para um posto se ela quiser. Impede que uma usina venda para um posto, se quiser. Não conheço nenhum país desenvolvido que tenha esse tipo de restrição. O que queremos é um ambiente aberto, competitivo e dinâmico", afirmou Oddone.

A pauta de discussões da ANP é ampla. Entre as propostas, a agência rediscute as regras que impedem que o distribuidor seja também revendedor varejista; e que o produtor e importador vendam diretamente para revendedores, sem passar pelas distribuidoras. No setor de gás liquefeito de petróleo (GLP), a agência discute se permitirá ou não que distribuidoras vendam gás em botijões de outras marcas e se autorizará o enchimento fracionado de botijões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/06/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Preço do minério em alta estimula projeto e produção em MG

Com a alta do preço do minério de ferro neste ano e a paralisação das minas da Vale em Minas Gerais, pequenas e médias mineradoras do estado estão

retomando a operação ou aumentando sua produção. A expectativa do Sindicato das Indústrias Extrativistas de Minas Gerais (Sindiextra) é de um aumento de na produção de minério das 30 pequenas e médias companhias será superior em 5 milhões de toneladas este ano. Em 2018, as mesmas empresas fizeram 37 milhões de toneladas da commodity.

O diretor do Sindiextra, Cristiano Parreiras, disse que muitas empresas voltaram ao mercado atraídas pelo bom preço do minério de ferro no exterior. Com o desastre da barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25 de janeiro, a Vale teve a produção reduzida em várias operações e isso influenciou a cotação da commodity.

"No setor está havendo espaço para o minério de menor qualidade, com teor de ferro, de 55% a 58%. O preço está atrativo e com isso, viabilizou a operação das mineradoras menores. É claro que essas empresas não substituem a Vale, mas surgiu um espaço interessante em que elas podem operar com competitividade", disse Parreiras. No fim de maio, esse minério era cotado a US\$ 94 a tonelada e o de 65% de teor de ferro a US\$ 113 a tonelada. "Em épocas de baixa do mercado, essa diferença, em 2017 e 2018, era bem maior que US\$ 10 e inviabilizava a produção. São projetos menores e o beneficiamento não requer barragem, é feito a seco."

A australiana Centaurus está retomando o projeto Jambreiro em São João Evangelista, no nordeste de Minas Gerais. A empresa já detinha todo o licenciamento e com a queda do preço do minério, a operação se tornou inviável, afirmou ao **Valor**, o diretor executivo da companhia, Bruno Scarpelli.

"Estamos na fase de ajustes do projeto e devemos investir cerca de R\$ 150 milhões para produzir, na primeira etapa, 1 milhão de toneladas por ano. A nossa licença é para produção de 3 milhões de toneladas anuais", disse o executivo.

Australiana Centaurus avalia a retomada do projeto Jambreiro, no Nordeste do Estado; vai investir R\$ 150 milhões

Scarpelli acrescentou que o minério que será produzido na mina tem teor de 65% e será destinado ao mercado doméstico e exportação. "Estamos negociando com Vale e CSN e outros potenciais clientes para o fornecimento. Se tudo der certo, esperamos começar a operar em 2021." A Centaurus está no Brasil desde 2008 e tem ainda dois projetos, além desse do Nordeste de Minas - um de cobre e outro de níquel e cobalto em Carajás (PA).

Outro projeto que está em processo de licenciamento é o da Herculano Mineração, em Serro, na região centro- nordeste do Estado. Segundo o prefeito,

Guilherme Simões Neves, o pedido de licenciamento está em análise pelo Codema, que é um órgão municipal, e tem potencial para produzir 1,3 milhão de toneladas de minério de ferro e devem ser investidos R\$ 200 milhões.

"Esse projeto era da antiga MMX e tinha o licenciamento. Mas, a empresa desistiu da operação no local e quando foi comprada pela Anglo American, esta vendeu para a Herculano. A previsão é de que, em operação, gere cerca de 200 empregos."

A JMendes também viu espaço para crescer com a alta do preço do minério de ferro no mercado internacional. "A demanda aumentou muito. Muitos produtores de gusa e usinas integradas nos procuraram e fizemos de tudo para colaborar, fornecendo nosso estoque e acelerando nossa produção neste primeiro trimestre de 2019", disse o diretor comercial da companhia, Luciano Mendes Nogueira, acrescentando que neste ano a empresa deve produzir 6 milhões de toneladas desde o minério destinado para guseiros como aquele com mais qualidade. A JMendes tem operações em Itaúna.

Alexandre Sion, sócio do escritório Sion Advogados, especializado em mineração e siderurgia, disse que muitos projetos que estavam parados no estado por falta de viabilidade econômica voltam a ser analisados este ano, após Brumadinho. "É o momento ideal para os investimentos nesse setor. Estamos assessorando alguns que avaliam o aumento de produção ou até mesmo a exploração de uma nova cava."

Boa parte do incremento da produção de minério de ferro neste ano deverá abastecer os fabricantes de ferro-gusa do estado. O presidente do Sindicato das Indústria do Ferro de Minas Gerais (Sindifer), Fausto Varela Cançado, disse que este ano cerca de 75% do fornecimento de minério para o setor deverá vir de pequenas e médias empresas. Até 2018, a Vale respondia por 35% desse fornecimento.

"Com a parada de produção de muitas minas, vimos a cotação do minério se elevar. No nosso caso, usamos mais o granulado. Vimos a participação das pequenas e médias mineradoras crescer. O ruim é que, em alguns casos, é um produto com alto teor de sílica, o que faz gerar mais escória". As 37 guseiras produzem cerca de 330 mil toneladas por mês. **(Colaborou Marcos de Moura e Souza, de Belo Horizonte)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/06/2019****Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaque**

Debêntures da Vale

Decreto publicado ontem no Diário Oficial da União incluiu as debêntures participativas emitidas pela Vale na sua privatização no Programa Nacional de Desestatização (PND). O valor estimado é de R\$ 3 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/06/2019****Seção: Política****Autor: Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília****Título: Governo perde votação sobre indenização a vítimas de desastre em Brumadinho**

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, contra a orientação do governo, que as famílias vítimas "diretas e indiretas" do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho (MG), que sejam beneficiárias do Bolsa Família, do benefício de prestação continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia recebam um salário mínimo (R\$ 998) por doze meses. Inicialmente, o governo previa gastar um valor bem menor, de R\$ 600, e uma única vez.

Destaque do PCdoB, contudo, acabou aprovado com o apoio da maioria dos partidos e em votação simbólica - o PSL do presidente Jair Bolsonaro, que poderia atrapalhar a votação, não pediu votação nominal. A proposta original custaria R\$ 1,3 milhão ao governo federal e não há estimativa oficial do impacto com as alterações, que giram em torno de R\$ 25 milhões. O Senado tem até 10 de junho para votar a MP.

Para a líder da minoria na Câmara, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), a diferença entre o que seria pago anteriormente (R\$ 600) e o que será gasto agora (R\$ 11.976) deve ser custeada pela empresa. "Se o governo está preocupado com o impacto fiscal, que cobre uma multa pesada da Vale e ajude as famílias", afirmou. A proposta teve apoio da maioria dos partidos, por pressão dos parlamentares mineiros.

A Câmara tentou avançar ontem na votação do projeto que reformula a Lei de Licitações, com a revogação da atual legislação e novas regras para os certames públicos. O texto foi aprovado pelo Senado em 2016 e está em debate há três anos na Câmara. Os deputados quase chegaram a acordo para aprovar o texto-base, com as regras gerais, e decidir os dispositivos mais polêmicos outro dia no voto - foram protocoladas 20 emendas para alterar o relatório do deputado Augusto Coutinho (SD-PE).

Coutinho chegou a apresentar seu parecer no plenário e defendeu que era preciso modernizar a lei de 1996, mas a decisão de não acatar emenda do MDB feita a pedido da Confederação Nacional dos Prefeitos (CNM) e de endurecer artigos penais de última hora levou ao encerramento da sessão sem que a votação ocorresse. Nova tentativa de aprovar o projeto deve ocorrer apenas na próxima semana ou depois.

O novo projeto reduz o prazo para que entes públicos paguem empresas pelas obras de 90 dias para 45 dias, estabelece que os pagamentos ocorrerão por ordem cronológica (pela data dos contratos) e permite a cobrança de juros e correção monetária quando o houver atraso. A mudança visa diminuir um dos principais motivos para paralisação de obras no país (e de problemas financeiros das empresas): atraso no pagamento do poder público pelos serviços executados.

O projeto também aumenta os limites de contratos que não precisam de licitação: de R\$ 33 mil para R\$ 100 mil, no caso de obras e serviços de engenharia ou manutenção de veículos automotores, e de R\$ 17,6 mil para R\$ 50 mil, para outros serviços e compras. Ainda acaba com o regime diferenciado de contratações (RDC), criado para as obras da Copa do Mundo e Olimpíada.

Um dos pontos mais polêmicos é a exigência de contratação de um seguro de 30% para obras acima de R\$ 200 milhões. O seguro terá uma "cláusula de retomada", ou seja, a seguradora ficará responsável por concluir a obra ou ressarcir o órgão público. O dispositivo é defendido pelo relator como uma forma de evitar a paralisação de obras sem término. Já os críticos, muitos ligados a empreiteiras, pontuam que a proposta pode limitar o mercado porque nem todas as empresas têm acesso a esse seguro (como, por exemplo, as que estão em dificuldades financeiras).

O texto ainda define que será criado um "Portal Nacional das Contratações Públicas", com o mesmo formato do Portal Nacional de Compras, para

concentrar a divulgação de editais, lances, projetos apresentados e pagamento de todas as obras e serviços do país. A União e os Estados terão dois anos para implantação e os municípios com até 20 mil habitantes terão seis anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/06/2019

Seção: Especial

Autor: Fabio Graner, Carla Araújo e Juliano Basile | De Brasília

Título: Governo envia ao Congresso plano de socorro estadual

Prometido desde o início do ano, o governo finalmente enviou ao Congresso o o projeto de lei complementar que trata do socorro aos Estados com problemas fiscais. O programa, elaborado pelo secretário Nacional do Tesouro, Mansueto Almeida, foi apelidado de "Plano Mansueto" pela equipe econômica. Seu nome oficial é Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF), e, se aprovado pelos parlamentares, viabilizará até R\$ 40 bilhões (R\$ 10 bilhões ao ano) em recursos de empréstimos até o fim do atual mandato dos governadores e dos prefeitos que assumirão em 2021.

O dinheiro do crédito será liberado em parcelas para os entes que tenham nota de risco C (hoje 13 Estados) e estão impedidos de tomar empréstimos com garantia do Tesouro Nacional. O volume que cada um receberá dependerá do esforço a ser definido no plano ou representar 12% da receita corrente líquida, o que for menor.

Pelo projeto de lei complementar, os Estados terão que escolher e cumprir ao menos três de oito opções de medidas de ajuste fiscal para receber os recursos. São elas: autorização para privatização de empresas do setor financeiro, energético, saneamento ou gás para quitar dívidas (com liberação de recursos vinculada a isso); redução de no mínimo 10% dos incentivos fiscais ou benefícios tributários; revisão do regime jurídico único dos servidores públicos; instituição de regras para limitar o crescimento da despesa corrente; eliminação de vinculação de impostos não previstas na Constituição; criação de "unidade de tesouraria", uma espécie de conta única dos três poderes locais para gestão financeira do Tesouro local; adoção de reformas para prestação de serviços de gás canalizado; contratação de serviço de saneamento no modelo de concessão.

As parcelas serão liberadas após verificação do cumprimento desses compromissos. Contudo, inspirada na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a proposta prevê que o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia (cargo hoje ocupado por Waldery Rodrigues) poderá revisar avaliação de descumprimento de metas do plano de ajuste em casos de "baixo crescimento

econômico", conforme definido pela LRF, e de "calamidade pública" reconhecida pelos legislativos locais".

Segundo nota divulgada ontem pelo Palácio do Planalto, o projeto de lei complementar altera também a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para esclarecer questões como a apuração de gastos com pessoal, dando prazo até 2024 para os entes desenquadrados se adequarem ao limites da leis. Essa tem sido uma fonte de desequilíbrio fiscal porque os Estados acabam, com aval dos tribunais de contas locais, usando de artifícios para subestimar esse tipo de despesa, para cumprir a lei.

O projeto proíbe que aumentos parcelados de despesa com pessoal sejam implementados em períodos posteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou Órgão. E também veda ao governante assumir compromissos que não possam ser cumpridos em seu mandato sem que haja caixa disponível ao fim do exercício. Essa iniciativa valerá inclusive para a União, a partir de 2026, bem como para os Estados. Para os municípios, valerá a partir de 2024.

Outra condição para o socorro aos Estados prevista no projeto será a adesão (ou compromisso em fazê-lo) ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (PAF Transparência). Ele tem por finalidade "aperfeiçoar a transparência dos dados financeiros, de modo a permitir a fiscalização do PEF e o conhecimento da real situação fiscal dos entes à sociedade, bem como melhorar a coordenação da política fiscal dos entes subnacionais com a União, a fim de garantir a sustentabilidade fiscal do setor público e a estabilidade econômica do país".

Nesse sentido, os Estados e municípios que aderirem terão ter que dar acesso à Controladoria-Geral da União (CGU) aos seus sistemas contábeis e outros sistemas que afetem as informações necessárias para se verificar o cumprimento das regras do programa.

Em nota, o Tesouro informou que o PEF tem por objetivo melhorar a classificação de risco (Capag, na sigla do Tesouro) dos Estados. "Como o investimento não entra na despesa corrente, o investimento público não é sacrificado", completa.

Segundo o Tesouro, para aumentar a poupança será preciso que os estados façam uma combinação de corte real de despesa com aumento real da arrecadação, cabendo a cada estado decidir como fazer esse ajuste. "O PEF será um programa emergencial para ajudar os estados e municípios nessa fase de transição do equilíbrio fiscal. Estados que não aderirem ao longo do biênio 2019-2020 dificilmente poderão ingressar no programa após esse prazo, já que

será muito difícil começar um ajuste que leve à recuperação da Capag nos últimos dois anos de mandato", explica.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Dia D

Direto da fonte

O plenário do Supremo retoma hoje o julgamento das Ações de Inconstitucionalidade (ADIs) cruciais não só para o futuro da Petrobrás mas também para o de outras estatais que desejam privatizar ativos. Na sessão, os ministros vão decidir se a empresa petrolífera pode seguir com seu plano de vender ativos de menor retorno, para pagar dívida e investir no pré-sal. Ou se precisa do aval do Congresso para fazer desinvestimentos.

Dia D 2

A defesa da companhia entende, com base na Lei do Petróleo, que, assim como tem autonomia para criar empresas, tem também para vendê-las.

Dia D 3

De mais de 120 empresas subsidiárias e coligadas criadas em seus 65 anos de história da Petrobrás, somente uma foi resultado de lei específica: a Transpetro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/06/2019

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira, Fernando Scheller e Luísa Marini

Título: Frustração com Braskem pode ter 'efeito cascata' em outros negócios

Sem o dinheiro da venda da petroquímica, pressão de credores pode crescer e "empurrar" Odebrecht para recuperação judicial

O fim oficial das negociações entre a holandesa LyondellBasell para compra da Braskem pode comprometer o projeto de recuperação do Grupo Odebrecht, um dos pivôs da Operação Lava Jato. Negociado há quase dois anos, o acordo poderia dar fôlego ao conglomerado em um momento no qual todos seus outros negócios enfrentam dificuldades.

Na semana passada, a Atvos (antiga Odebrecht Ambiental) entrou em recuperação judicial. Espera-se que, sem o alívio que seria trazido com a Braskem, a Odebrecht Realizações (do setor imobiliário) e a holding sigam o mesmo caminho. Hoje, apurou o Estado, a pressão dos credores vai além da Caixa e do Banco do Brasil.

Os ataques, definiu uma fonte, vêm de vários lados. Por isso, a empresa já está com o processo de recuperação judicial elaborado para ser protocolado caso a pressão dos credores pela execução de garantias não possa ser contornada. A recuperação garante seis meses de prazo para a empresa reorganizar seus débitos.

O cenário atingiu em cheio as ações da petroquímica brasileira: com retração de 17%, o papel liderou as quedas do Ibovespa – principal índice da Bolsa paulista –, encerrando o dia cotado a R\$ 34,15.

O negócio enfrentava desafios havia meses, com problemas socioambientais relacionados à extração de sal-gema, em Alagoas, com a deslistagem na bolsa americana e a piora dos preços dos derivados do petróleo no mercado internacional. A recuperação judicial da Atvos, na semana passada, expôs ainda mais as dificuldades da Odebrecht, colaborando para a Lyondell sair de cena.

Nesse momento, a Odebrecht enfrenta uma "tempestade perfeita", na visão de uma fonte de mercado. Uma pessoa próxima ao grupo diz que a empresa cometeu erros durante o processo de negociação com os holandeses, mostrando-se muito ávida para fechar negócio.

Outra fonte próxima ao assunto diz que a companhia poderia ter iniciado as negociações com outras petroquímicas globais, em vez de se agarrar à Lyondell como tábua de salvação. A demora acabou por inviabilizar o negócio. "Isso compromete mais a Odebrecht do que a Braskem, que é uma empresa viável e tem condições de superar a crise", definiu outra fonte ligada ao caso.

Ações. Segundo a Nord Research, sem a venda Braskem, os bancos podem ser mais agressivos em tomar as ações da petroquímica da Odebrecht, que foram dadas como garantia pelo grupo que está endividado. "A venda vem sendo negociada há anos e servia como uma baliza de preços para as ações", diz a Nord, em relatório.

Segundo a empresa, chegou-se a falar de que, no processo de venda, a Braskem pudesse ser avaliada em até R\$ 72 por ação, valor que agora "é um sonho distante". Ontem, o principal papel da Braskem fechou o dia valendo menos da metade disso.

Para o Santander, o efeito positivo gerado pelo interesse da Lyondell agora deixa de existir – e a empresa passa a ser avaliada pelo resultado que é capaz de gerar. O banco afirma, porém, que o momento é desafiador. As operações devem sofrer não só com o cenário internacional, mas também com problemas específicos no Brasil e no México, duas economias que enfrentam enfraquecimento nas perspectivas de crescimento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/06/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: Ricardo Salles

Título: A realidade ambiental brasileira

Na semana em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, os brasileiros têm muito o que celebrar e de que se orgulhar. Somos o país de dimensões continentais que mais preserva o meio ambiente, sobretudo quando analisada a realidade do campo e das nossas florestas.

O mesmo não se pode dizer, contudo, com relação ao que se passa nas cidades. Por um lado, temos um agronegócio que preserva e produz de maneira sustentável, recuperando as áreas de preservação permanente, estabelecendo as reservas legais determinadas pelo Código Florestal e trabalhando segundo as melhores práticas de manejo do solo e com as mais avançadas técnicas de produção. É verdade que existem questões, como o uso da água e de defensivos, que podem sempre ser melhoradas e, ainda, casos pontuais de alguns produtores que não souberam adequar-se às novas práticas de produção sustentável. São eles, entretanto, exceção. A grande maioria dos produtores brasileiros é amiga do meio ambiente.

Nossos exemplos no setor de energias renováveis, consagrando fontes limpas e renováveis como a eólica, a hidráulica e a solar, complementam-se por uma opção do etanol, com seu revolucionário RenovaBio. Nossas florestas plantadas, que crescem a cada ano, dão exemplo de modelo de produção que contribui para a recuperação de áreas degradadas, captura de carbono e fonte de biomassa para energia e madeira sustentável.

Nosso Código Florestal é exemplo de legislação pacificadora das visões de agro e meio ambiente, que são complementares e interdependentes. Sobre o cumprimento do Código Florestal na sua plenitude, com mecanismos de reconhecimento de áreas consolidadas e de regularização dos passivos ambientais suficientes e adequados para dar solução a essa falsa dicotomia, a discussão no Judiciário e fora dele contra os dispositivos do art. 68 em nada contribuiu para o meio ambiente.

Com relação às nossas florestas nativas, não há dúvida de que precisamos controlar o desmatamento ilegal, adotando técnicas e estratégias eficientes. Mas não podemos deixar de reconhecer que o Brasil é, dos países continentais, aquele que mais preserva a sua rica biodiversidade e que manteve em pé a maior parte de sua cobertura vegetal de florestas. É preciso notar, ainda, que, sem dar o devido dinamismo econômico aos povos e à região da floresta, permitindo que todos possam desenvolver suas atividades de produção sustentável e de manejo florestal, com aprovação dos zoneamentos econômicos ecológicos, com a devida análise dos pedidos de licenças de produção e da necessária regularização fundiária, não haverá sistema de comando e controle que possa dar conta de pacificar e manter conservado aquele patrimônio de biodiversidade do povo brasileiro.

Para tanto, não se tem medido esforços, procurando novas tecnologias, estratégias e ações com inteligência e objetividade. Nesse sentido, o Brasil, neste governo, não apenas permaneceu no Acordo de Paris, como manteve inalterados todos os seus compromissos assumidos nas gestões anteriores, bem como todos os programas e ações relacionados ao combate e mitigação das mudanças climáticas. A isso se somam os esforços pelo recebimento das compensações financeiras, da ordem de US\$ 100 bilhões, prometidas aos países em desenvolvimento, em especial ao Brasil, aquele que mais fez e faz pelo meio ambiente. Nossas emissões não atingem 3% do total mundial, mas nem por isso o País tem se furtado de avançar em medidas que contribuam para controlar e mitigar os seus efeitos.

Somam-se a isso as nocivas consequências da inação, até hoje, nos temas ambientais urbanos, que, além de contribuírem negativamente para os efeitos das mudanças climáticas, trazem resultados extremamente prejudiciais aos brasileiros, sobretudo os cerca de 80% da nossa população que vivem nas cidades. O País apresenta índices vergonhosos de coleta e tratamento de esgoto, permitindo a proliferação de doenças e a destruição de nossos corpos hídricos pelo despejamento de tanta poluição in natura em nossos rios e no oceano. Trata-se, portanto, de tema prioritário para a saúde, para a qualidade de vida e para o meio ambiente. Da mesma forma, a triste situação da gestão dos resíduos sólidos e do lixo em praticamente todos os municípios do Brasil é fato que não tem tido quase nenhuma atenção de nossos órgãos ambientais, nas diversas esferas. Uma vergonha nacional o estado em que se encontram os lixões e aterros no País.

A saída passa, necessariamente, pela coleta seletiva obrigatória, a começar nas grandes cidades, pela reciclagem, feita de maneira estratégica e realista, pelo aproveitamento energético dos resíduos, compostagem, economia circular, logística reversa e destinação adequada. No tema dos resíduos e do lixo, não há solução mágica e todas as ações devem reconhecer as diferenças regionais,

econômicas e logísticas em nosso território, conforme previsto no já lançado Programa Lixão Zero.

A qualidade do ar nas grandes cidades do Brasil também não nos anima. É tema extremamente relevante para a saúde pública e para o meio ambiente. Algo efetivo e realista precisa ser feito, e rápido, e o Ministério do Meio Ambiente elencou também este tema entre as prioridades da Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana, que prevê, ainda, ações de aumento das áreas verdes em perímetros urbanos, recuperação de áreas contaminadas e, por fim, não menos importante, as ações do programa já em andamento de combate ao lixo no mar.

A reestruturação do Ibama e do ICMBio passa por planejamento, informatização, por suas equipes, frotas e instalações, que serão coroados com o fortalecimento e a consolidação das nossas Unidades de Conservação, com a solução de conflitos de regularização fundiária e medidas de incentivo e parcerias e concessões privadas para termos novas e boas estruturas, programas de conservação e aumento da visitação pública, em benefício de toda a sociedade e do meio ambiente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/06/2019

Seção: Mercado

Autor: Raquel Landim e Julio Wiziack

Título: Ameaça de execução de dívida deixa Odebrecht perto de recuperação judicial

Caixa é credor mais agressivo; desistência de holandesa de comprar fatia na Braskem complica situação

SÃO PAULO E BRASÍLIA - A Caixa Econômica Federal ameaça executar as dívidas da Odebrecht, o que pode gerar um efeito em cascata e levar a holding do grupo a pedir recuperação judicial. Os próximos dias serão cruciais.

Conforme pessoas próximas à empresa, entre operações diretas e avais dados às controladas, a holding Odebrecht S.A. tem dívidas que somam mais de R\$ 20 bilhões: R\$ 7 bilhões com a Caixa; R\$ 7 bilhões com o Banco do Brasil; e R\$ 6 bilhões com o BNDES.

Informações vindas dos bancos apontam números menores: R\$ 2,2 bilhões na Caixa; R\$ 2 bilhões no FI-FGTS (que é gerido pela Caixa); e R\$4 bilhões no BB.

Essas instituições financeiras já teriam provisionado cerca de 30% da dívida, que é a exigência legal.

Os bancos privados —Bradesco, Itaú e Santander— também são credores do grupo Odebrecht, mas suas dívidas estão "penduradas" em uma outra empresa, chamada O SR que é a controladora da Braskem.

Por isso, esses débitos são garantidos por ações da petroquímica, o melhor ativo do grupo.

Com a ajuda da consultoria RK Partners e do escritório E. Munhoz Advogados, a Odebrecht vem propondo aos bancos um alongamento da dívida da holding para aguardar a venda de ativos.

Os bancos públicos, no entanto, estão desconfortáveis com a situação, porque têm as garantias mais frágeis.

Comandada pelo executivo Pedro Guimarães, a Caixa tem sido o credor mais agressivo.

O banco já informou que vai executar o aval concedido pela holding para a dívida da Atvos, braço de açúcar e álcool que pediu recuperação judicial na semana passada, caso não receba em garantia ações da Braskem.

Os bancos privados resistem a esse acerto, porque os papéis já foram prometidos a eles, quando injetaram R\$ 2,6 bilhões mais na Odebrecht meses atrás.

Na prática, as únicas garantias reais do grupo Odebrecht hoje são as ações da Braskem.

Banco do Brasil e BNDES possuem parte da sua dívida avalizada pelos papéis da petroquímica, por isso têm sido mais cautelosos e querem evitar o desmonte do grupo.

No caso do Banco do Brasil, cerca de 40% do débito está garantido em ações da Braskem.

Há também o fator político. Existe muito receio de todos os comandantes de bancos públicos pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL). Eles não querem nenhuma associação com os erros cometidos nos governos do PT nos empréstimos concedidos à Odebrecht.

Em situação financeira delicada desde a explosão da Operação Lava Jato, a Odebrecht tem enfrentado bastante dificuldade para vender ativos e quitar suas dívidas.

Nesta terça-feira (4), foi a vez de a holandesa Lyondell-Basell informar que, após mais de um ano de negociação, havia desistido de comprar a fatia da Odebrecht na Braskem.

Os holandeses ficaram preocupados com os riscos jurídicos, particularmente um imbróglio envolvendo a Justiça de Alagoas. Além disso, consideraram que podem comprar mais barato se todo o grupo colapsar.

O negócio poderia chegar hoje a R\$ 30 bilhões, se a Petrobras, que é sócia da Braskem, também decidisse vender sua fatia.

Após o anúncio de que o negócio naufragou, as ações ordinárias (com direito a voto) da petroquímica caíram 17,1% na Bolsa de Valores de São Paulo. Os papéis preferenciais (mais negociados) registraram queda de 17,1%.

A Odebrecht já havia enfrentado problema similar quando tentou vender a usina de Santo Antônio.

Segundo fontes próximas à empresa, os chineses da State Grid baixaram sua oferta em 25%, e o negócio acabou não sendo concretizado. Por causa disso, o grupo está sem liquidez para amortizar as dívidas com os bancos.

Se não houver acordo com a Caixa, o plano do grupo Odebrecht é pedir recuperação judicial apenas da holding Odebrecht S. A., a fim de não contaminar as empresas e prejudicar a venda de ativos. Há dúvidas, no entanto, se isso será possível.

A OEC, braço de construção civil, vem renegociando dívidas com credores internacionais, enquanto OR, da área imobiliária, e o estaleiro Enseada, enfrentam uma situação financeira muito delicada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/06/2019

Seção: O Mundo

Autor: Ricardo Delia Coletta

Título: Bolsonaro contraria ala militar e recebe credenciais de embaixadora de Guaidó

Brasília- Contrariando o conselho de seus assessores militares, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) recebeu, nesta terça-feira (4), as cartas credenciais da embaixadora para o Brasil do autoproclamado presidente interino da Venezuela, Juan Guaidó, em cerimônia no Palácio do Planalto.

Na semana passada, a Folha revelou que Maria Teresa Belandria — indicada por Guaidó para representá-lo no Brasil em fevereiro — havia sido desconvidada da cerimônia desta terça, da qual também participaram os novos chefes das missões diplomáticas de México, Colômbia, Paraguai, Arábia Saudita, Peru, Guiné e Indonésia.

Ela foi reincluída na lista de participantes de última hora.

Na tradição diplomática, a apresentação das credenciais ao chefe de Estado marca oficialmente o início da missão de um embaixador como representante do seu país em uma nação estrangeira.

A avaliação da ala militar do Palácio do Planalto — favorável a que Belandria não participasse da cerimônia — é que, ao receber as cartas credenciais de uma representante da oposição ao chavismo, Bolsonaro enviaria uma "provocação desnecessária" ao ditador Nicolás Maduro, justamente no momento em que os generais conseguiram reduzir a tensão na fronteira entre os dois países.

A fronteira entre Pacaraima (em Roraima) e Santa Elena de Uairén (na Venezuela), que ficou fechada por quase três meses, foi reaberta no início de maio.

O governo também retomou nas últimas semanas as negociações com emissários de Maduro para que a Venezuela volte a vender energia elétrica para Roraima, o único estado brasileiro que depende da importação de eletricidade do vizinho.

Além das questões práticas, há um cálculo político por trás da opinião dos militares, de que Belandria não deveria entregar suas cartas credenciais a Bolsonaro.

Os militares avaliam que o levante liderado por Guaidó em 30 de abril não foi bem-sucedido e enfraqueceu sua posição. Maria Teresa Belandria deixou o Palácio do Planalto nesta terça-feira sem dar declarações à imprensa.

Em uma rede social, Guaidó agradeceu o gesto do presidente brasileiro. "Agradecemos o compromisso do governo do Brasil com a luta de todos os venezuelanos. Reconhecer a nossa embaixadora é reconhecer o esforço de um país decidido a conquistar sua liberdade. Obrigado, presidente Jair Bolsonaro."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 05/06/2019****Seção: Tendências/Debates****Autor: Ricardo Salles****Título: O assunto é Dia Mundial do Meio Ambiente**

O meio ambiente sob Bolsonaro

Manutenção da floresta requer dinamismo econômico

Ministro do Meio Ambiente e ex-secretário estadual de Meio Ambiente de São Paulo (2016-17, gestão Alckmin)

Foco em gestão e eficiência tem sido a marca do novo governo. Assim é também na área do meio ambiente, na qual o Brasil não só manteve a estrutura e independência do ministério como permaneceu no Acordo de Paris, não voltando atrás em nenhum compromisso assumido por gestões anteriores.

Nosso esforço tem sido o de finalmente tentar receber parte dos tais US\$ 100 bilhões prometidos pelos países ricos aos países em desenvolvimento e que, até agora, não vieram. Nossas metas de reflorestamento vão indo muito bem — e a redução das emissões também. Temos energia limpa e de fontes renováveis. Aliás, mesmo contribuindo com apenas 3% das emissões mundiais, sobre elas estamos atuando com eficiência. Nenhum país de dimensões continentais faz tanto pelo meio ambiente quanto o Brasil.

Isso é verdade no campo, onde a nossa agropecuária é exemplo de equilíbrio e respeito ao meio ambiente. Temos um bom Código Florestal e que já deveria estar sendo cumprido em sua plenitude, mas vem, por anos, sendo atacado na Justiça e fora dela por grupos ambientalistas que não se conformam com os mecanismos de segurança jurídica, de reconhecimento de áreas consolidadas e de solução equilibrada dos passivos ambientais.

É também exemplar o papel do Brasil na conservação de suas abundantes florestas, cujo desmatamento ilegal está, sim, sendo duramente combatido por este governo, inclusive com a adoção de melhores estratégias, ações de fiscalização, uso de novas tecnologias e imagens de melhor qualidade.

Agregaremos ao importante papel do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) o sistema de alertas do MapBiomas, análises da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e novas imagens de alta resolução.

Enquanto isso, seguem ações de combate às ilegalidades, a exemplo da ocorrida nos últimos dez dias no sul do Pará, com apreensão recorde de madeira ilegal e equipamentos.

Não será possível, contudo, lograr êxito na manutenção da floresta sem dar-lhe dinamismo econômico e estabilidade jurídica, medida que vem sendo boicotada por alguns ativistas de discurso envolvente, mas que, na prática, combatem a necessária regularização fundiária, a concessão de licenças de produção, os planos de manejo florestal e o zoneamento ecológico econômico.

Recebemos, por outro lado, estruturas no ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Bio-diversidade) e no Ibama em situação crítica, com frotas sucateadas, prédios abandonados, falta de planejamento na aplicação de recursos e um quadro de pessoal totalmente deficitário. Estamos trabalhando com os bons profissionais em cada órgão para que uma nova gestão eficiente e com objetividade possa reverter esse quadro.

Ao mesmo tempo, estamos atuando para valorizar os nossos parques, quase todos abandonados à própria sorte, trazendo investimento privado para poder dar estrutura, atrair visitantes, fazer a conservação e estabelecer áreas sustentabilidade ambiental e econômica, sem a qual não se poderá ter bons resultados.

Por fim, temos dado prioridade à agenda da qualidade ambiental urbana, tão negligenciada até hoje. Recebemos um país com índices de coleta e tratamento de esgoto vergonhosos, mesmo tendo a Agência Nacional de Águas permanecido até dezembro passado sob a tutela do Ministério do Meio Ambiente.

O mesmo quadro caótico foi encontrado na gestão do lixo e dos resíduos sólidos em praticamente todo o Brasil, cujo pioneiro programa Lixão Zero deve trazer resultados concretos. Da mesma maneira, o ineficiente formato do antigo Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) levou oito anos para aprovar normas que poderiam tentar reverter a triste situação da falta de qualidade do ar das grandes cidades.

Lançamos o Programa de Combate ao Lixo no Mar e faremos as ações de aumento de áreas verdes em perímetros urbanos, bem como a recuperação de áreas contaminadas. Atuar nessa frente urbana não apenas contribui para combater os efeitos das mudanças climáticas, como resultará em melhorias significativas para a qualidade de vida das pessoas em todo o Brasil.

VEÍCULO: O Globo**Data: 05/06/2019****Seção: Economia****Autor: RAMONA ORDONEZ****Título: Com crise, Petrobras corre risco de perder venda de R\$ 20 bilhões**

A direção da Petrobras recebeu com preocupação a notícia de que a holandesa LyondellBasell desistiu de comprar a Braskem. A estatal e a Odebrecht são os principais acionistas da petroquímica. Segundo fontes próximas à petroleira, a venda da fatia de 47% no capital da Braskem era considerada um dos ativos "mais fáceis" de vender e poderia render cerca de R\$ 20 bilhões, num momento em que a companhia aposta num plano de venda de subsidiárias e participações para equacionar suas contas e priorizar negócios considerados essenciais. A empresa deve agora esperar os próximos passos da Odebrecht para avaliar o cenário.

A suspensão da venda foi considerada mais um revés na venda de ativos da Petrobras, que já teve a venda da TAG, rede de gasodutos, suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF), um negócio de US\$ 8,6 bilhões. Procurada, a Petrobras não comentou o assunto.

Para Pedro Galdi, da corretora Mirae Asset, Petrobras e Odebrecht devem buscar juntas soluções para o problema da Braskem, especialmente em relação a complicações ambientais numa mina em Alagoas, o que poderia afastar eventuais compradores.

A Odebrecht tem 50,1% do capital votante, e a Petrobras tem fatia de 47%. A estatal já afirmou anteriormente que tem interesse em sair do setor petroquímico.

Para Luiz Caetano, da Planner corretora, a desistência do negócio não afeta o desempenho da Braskem, mas pode se tornar um entrave para a Petrobras: — É ruim para os acionistas da empresa. É ruim para a Petrobras, que venderia sua participação sem grandes esforços, e muito ruim para a Odebrecht, que está precisando de recursos — resume.

VEÍCULO: O Globo**Data: 05/06/2019****Seção: Economia****Autor: MANOEL VENTURA E GLAUCE CAVALCANTI****Título: Conselho dá aval à venda direta de etanol de usinas para postos, mas ação requer lei**

BRASÍLIA E RIO- O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou ontem uma resolução que admite a venda de etanol pelos produtores diretamente para postos de combustíveis. A medida faz parte de um plano para reduzir o custo final do preço do etanol na bomba. O governo federal, agora, considera que a venda direta de etanol pelas usinas depende da aprovação de uma lei para regulamentar a cobrança de impostos que incidem sobre o combustível.

O CNPE deu um prazo de 180 dias para que o Ministério da Economia avalie a implementação da "monofasia tributária para a livre concorrência". A monofasia tributária é um mecanismo que atribui a um determinado contribuinte a responsabilidade pelo tributo devido em toda a cadeia de um produto ou serviço.

Leonardo Gadotti, presidente da Plural, que reúne as distribuidoras de combustíveis, apoia a proposta: — É a primeira vez que temos o governo sinalizando com decisões que vão corrigir condições de concorrência desse segmento.

Já a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) afirmou, em nota, que a tributação monofásica não é a melhor solução para a estruturação do modelo de venda direta, "visto que trará maior concentração de tributos".

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/06/2019

Seção: Economia

Autor: RENNAN SETTI E HENRIQUE GOMES BATISTA

Título: Odebrecht caminha para recuperação judicial

Empresa holandesa desiste de comprar a Braskem, principal participação acionária do grupo à venda. Caixa ameaça executar dívidas. Grupo afirma que continua buscando alternativas para retomar crescimento

RIO E SÃO PAULO- A notícia de que a Braskem não será mais vendida à holandesa LyondellBasell deixou o grupo Odebrecht, que controla a empresa petroquímica, mais perto de uma recuperação judicial, segundo observadores que acompanham o conglomerado. Cinco anos após o início da operação Lava-Jato, a empreiteira que foi um dos principais alvos da investigação contava com o negócio — que vinha sendo costurado há mais de um ano e meio — para aliviar seus problemas de caixa e fazer frente a uma dívida que soma R\$ 80 bilhões.

Não é o único problema que pode levar a companhia a pedir a proteção da Justiça contra credores. A Caixa Econômica Federal planeja acelerar o

vencimento das dívidas da holding depois que uma empresa sucroalcooleira do grupo, a Atvos, entrou com pedido de recuperação judicial. A dívida da Atvos é garantida pela holding. O conglomerado como um todo deve cerca de R\$ 6 bilhões à Caixa.

As ações da Braskem despencaram 17,1% ontem na Bolsa, e ela encolheu R\$ 4,4 bilhões em valor de mercado, após a notícia da desistência da LyondellBasell. Se tivesse prosperado, a transação teria criado a maior empresa global do setor petroquímico. A Odebrecht tem 50,1% do capital votante da Braskem, enquanto a Petrobras detém 47%.

Uma das razões para a desistência da holandesa, segundo fontes, foi a piora da situação financeira da Odebrecht. O pedido da Atvos para entrar em recuperação judicial foi lido como um ensaio para pedidos semelhantes por outras empresas do grupo — são sete ao todo. Uma das mais fragilizadas é a empreiteira Odebrecht Engenharia e Construção (OEC), que começou no fim do ano passado um processo de reestruturação de dívidas depois que outra subsidiária, a Odebrecht Finance, atrasou o pagamentos de títulos garantidos pela OEC.

ALERTA PARA OS BANCOS

Essas dificuldades poderiam ter consequências sobre o negócio com a Lyondell Basell, já que, em maio de 2018, a Odebrecht havia entregado sua participação na Braskem como garantia a cinco bancos (Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, BNDES e Santander) para conseguir empréstimo de R\$ 2.6 bilhões.

Para piorar, problemas ambientais na extração de salgema, usado pela Braskem para produzir soda cáustica, em Alagoas, levaram a Justiça a bloquear o pagamento de R\$ 2.7 bilhões em dividendos a acionistas da empresa, o que representou um golpe à saúde financeira da Odebrecht.

— A holding está ficando sem dinheiro. Ela contava com os dividendos da Braskem, só que a Justiça bloqueou esse pagamento. Então, dificilmente vai escapar de uma recuperação judicial. Teve a recuperação da Atvos. Pode ter credor que também exija garantias da holding. Então é preciso proteger a holding — disse uma fonte que acompanha a reestruturação da empresa.

"O tamanho do montante para garantir possíveis danos aos residentes do bairro de Pinheiro (em Maceió) também preocupou a LyondellBasell. Acreditamos que a Odebrecht pode procurar outras maneiras para alavancar sua fatia da Braskem junto aos credores", escreveu Luiz Carvalho, analista do banco UBS, em relatório que aborda o problema ambiental em mina da Braskem.

Em nota, a Odebrecht informou que o fim das negociações com a LyondellBasell foi de comum acordo e que busca a estabilização financeira para criar as bases de retomada do crescimento dos negócios. "Como é de conhecimento do mercado, a Odebrecht e algumas de suas empresas controladas estão em negociação com os respectivos bancos e com o mercado de capitais de seu relacionamento. As partes estão focadas em uma solução satisfatória para todos"

Segundo fontes próximas à companhia, a Odebrecht espera que a desistência sirva de alerta para os bancos credores do grupo, principalmente os públicos, que esta-riam impondo condições em excesso ao grupo. Estas fontes, porém, ainda não veem risco de entrar em recuperação judicial.

— Há muito medo do TCU (Tribunal de Contas da União) e receio de tomada de decisões — disse uma fonte próxima à empresa, que avalia que a Odebrecht é alvo de "preconceito" e ainda paga pelos casos de corrupção do passado.

Procurados, Bradesco, Itaú Unibanco, Caixa, Banco do Brasil e BNDES não se pronunciaram.

— Para o BNDES, que está exposto a muitos riscos vindos da Odebrecht, não foi uma boa notícia — disse uma fonte próxima ao banco de fomento, acrescentando que uma das possibilidades seria o banco assumir as ações da Braskem dadas como garantia.

Mesmo que sua dívida já some R\$ 80 bilhões, fontes próximas à Odebrecht sustentam que ela não tem problema iminente que ponha em risco o grupo e que a manutenção da Braskem no conglomerado não gera emergência de caixa. Mas há subsidiárias em situação pior que outras. Depois da Atvos, outros pedidos de recuperação não estariam descartados, segundo fontes.

PLANO AQUÉM DO ESPERADO

O fato é que o plano de reestruturação da Odebrecht tem tido desempenho aquém do esperado. A principal razão é a escassez de negócios, resultado do protagonismo no escândalo da Lava-Jato e da lentidão da retomada econômica. Esse cenário complicou a venda de ativos como a Supervia, que demorou a sair.

Carolina Chimenti, da agência Moody's, avalia que a Braskem deve aprofundar o trabalho de se afastar do que ela chama "risco Odebrecht":

— É um ativo importante. Há riscos, como a questão de Alagoas, da Bolsa de Nova York (ela pode ser retirada daquela Bolsa por atrasar a entrega de documentos). Mas deve seguir na direção de adotar políticas que a blindem da Odebrecht.

(Com Bloomberg News)

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/06/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: STF julga foco de insegurança jurídica

Se a Corte aceitar pedidos para criar empecilhos a privatizações, investimentos serão desestimulados

O reinício, marcado para hoje, do julgamento no Supremo da legalidade das privatizações traz ameaças ao próprio ajuste fiscal, cujo símbolo é a reforma da Previdência. Também afeta a retomada do crescimento, que mais rápida e consistente será quanto mais recursos para investimentos o país mobilizar.

Estancar negócios de privatização por decisões judiciais também abala a intenção do governo de reduzir a elevada dívida pública por meio da venda de empresas públicas. Cria insuperável insegurança jurídica e, assim, espanta os investimentos.

O julgamento tratará de liminares concedidas pelos ministros Ricardo Lewandowski e Edson Fachin. A primeira estabeleceu, de forma genérica, que venda de estatais e subsidiárias precisa de autorização do Congresso. Cada operação. A segunda suspendeu especificamente a venda pela Petrobras de 90% da sua subsidiária Transportadora Associada de Gás (TAG), acertada por US\$ 8,6 bilhões.

São recursos importantes dentro do programa de venda de ativos da estatal, que, embalada nos delírios estatistas dos governos Lula e Dilma, chegou a acumular a maior dívida corporativa do mundo, de meio trilhão de reais. Sem falar na corrupção.

É evidente a necessidade de privatizações de subsidiárias não só para a empresa continuar a reduzir sua dívida, mas também redirecionar investimentos para a exploração estratégica do pré-sal, em que terá uma taxa de retorno maior que em outros segmentos. Além do mais, o programa de venda de empresas do grupo, em parte ou totalmente, tem o aval do Tribunal de Contas da União (TCU).

À margem de qualquer discussão jurídica, é paradoxal que ninguém ou qualquer organismo tenha reclamado quando a Petrobras estatizou a refinaria texana de

Pasadena, um negócio suspeito, envolto em denúncias de corrupção. A refinaria foi depois vendida, também sem reclamações.

Na abertura do julgamento, na semana passada, o advogado-geral da União, André Luiz de Almeida Mendonça, defendeu a venda da TAG, e, em nome do Ministério Público Federal, o vice-procurador-geral da República, Luciano Maris Maia, concordou com Lewandowski, em que o país "precisa ter controle de seus bens". Confia-se na sensatez da maioria do plenário da Corte.

As implicações do julgamento são preocupantes. Por isso, o próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, visitou na semana passada vários ministros.

A discussão da reforma da Previdência avança na Câmara, onde será votada em dois turnos, o mesmo acontecendo depois no Senado. Há chances de aprovação, necessária para a retomada da economia. Mas uma decisão negativa do STF sobre privatizações funcionará contra.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 05/06/2019

Seção: Poder

Autor: Rodolfo Costa

Título: Estados terão 30% do pré-sal

Na Câmara, a Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 34/2019, que estabelece o Orçamento Impositivo, aprovou ontem o parecer do relator, Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO), que acrescentou — por demandas de lideranças partidárias — o pagamento de 30% do bônus de assinatura do leilão do pré-sal a estados e municípios. O texto deve ser colocado, hoje, em votação no plenário da Câmara e, se aprovado, retornará ao Senado.

O socorro aos entes federados é uma articulação do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do próprio DEM. O diálogo engloba a construção de apoio de outras legendas, mas faz parte de uma agenda positiva que inclui, ainda, a reforma tributária. A modernização do sistema tributário vem sendo discutida, com a chancela de Maia, pelo presidente da Frente Parlamentar da Reforma Tributária, deputado Luís Miranda (DEM-DF).

Os 30% serão repartidos igualmente entre estados e municípios, depois de descontada a parcela destinada ao ressarcimento da Petrobras na renegociação do contrato da cessão onerosa, previsto em R\$ 33,6 bilhões. Tanto esses repasses quanto as despesas decorrentes da cessão onerosa ficarão fora dos limites do teto de gastos públicos. “É o nosso projeto de pacto federativo aos entes federados”, destacou Gaguim. A articulação costurada com a liderança do

governo, líderes partidários e Maia, prevê, ainda, para os estados e municípios, recursos do leilão dos volumes excedentes do pré-sal e de ativos, em um potencial arrecadatório de R\$ 1 trilhão em 10 anos.

Emendas

Ao aprovar Orçamento Impositivo, o substitutivo manteve o escalonamento, aprovado pelo Senado, de 0,8% da receita corrente líquida (RLC) da União para execução obrigatória, neste ano, das emendas das bancadas estaduais e do Distrito Federal. A partir do ano que vem, a execução passará a ser de 1%. Além disso, o texto prevê que 50% das emendas sejam destinadas a obras estruturantes. “Vamos aproveitar obras paradas que estão aí para não desperdiçar dinheiro do contribuinte. Os estados e municípios também ganham com isso”, sustentou o relator.

Atualmente, o governo não é obrigado a executar as emendas de bancadas estaduais. São recursos que o Palácio do Planalto libera de acordo com as articulações políticas. Na gestão Bolsonaro, a Casa Civil mantém diálogo com as bancadas e propõe a liberação de R\$ 10 milhões por semestre até 2020 a deputados que se dispuserem a votar a favor da reforma da Previdência. Ou seja, até o fim do próximo ano, serão liberados R\$ 40 milhões.

Os restos a pagar das emendas individuais — compromissos de anos anteriores não pagos — poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução, embora não tenham limite definido. O texto aprovado no Senado prevê um limite de até 0,5% da RLC, mas o parecer de Gaguim não cita números. O substitutivo define, ainda, o dever de execução das programações orçamentárias. As leis de diretrizes orçamentárias aprovadas pelo Congresso vão disciplinar as exceções, de maneira a preservar o ajuste fiscal.

“É o nosso projeto de pacto federativo. Vamos aproveitar obras paradas para não desperdiçar dinheiro do contribuinte. Os estados e municípios também ganham com isso”

Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO),
relator da PEC do Orçamento Impositivo

MME / ASCOM .